

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Escola de Música do Estado de São Paulo (Emesp Tom Jobim),
Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Conteúdo:	Páginas:
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balancos Patrimoniais	4
Demonstrações dos Resultados	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Valor Adicionado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Conselheiros e Administradores da
Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
“Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo, Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro
São Pedro e Teatro Caetano de Campos”
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina “Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo, Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro e Teatro Caetano de Campos”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina “Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo, Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro e Teatro Caetano de Campos” em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem informações sobre atividades, conforme inserido na nota explicativa nº 10.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas quanto a essas outras informações, nossa responsabilidade é a de lê-las e, ao fazê-lo, considerar se estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas informações divulgadas, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de janeiro de 2020.



COKINOS & ASSOCIADOS
Audidores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0

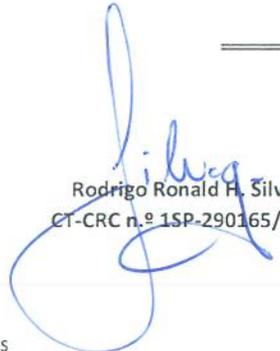


DEMÉTRIO COKINOS
Contador
CRC-1SP120.410/O-2
CNAI n° 0385

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
 "Escola de Música do Estado de São Paulo (Emesp Tom Jobim),
 Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos"
 BALANÇO PATRIMONIAL
 Em reais

ATIVO	N.E	2019	2018	PASSIVO	N.E	2019	2018
Circulante		7.542.048	7.685.981	Circulante		7.439.346	7.469.131
Recursos vinculados a projetos	(04)	7.321.025	7.160.718	Projetos	(10)	2.159.076	1.968.793
Contas a receber	(05)	29.023	305.288	Fornecedores		17.134	56.789
Adiantamentos diversos	(06)	101.363	103.687	Encargos sociais	(11)	50.682	45.327
Despesas antecipadas		35.750	28.962	Obrigações tributárias		-	36
Estoques	(09)	54.887	87.326	Férias e encargos a pagar		809.415	771.885
				Contas a pagar		14.437	27.461
				Provisão para contingências	(14)	244.105	623.777
				Fundos	(12)	4.144.498	3.975.064
Realizável a Longo Prazo		250.067					
Não Circulante		1.470.101	1.964.587	Não Circulante		1.822.871	2.181.437
Permanente	(07)	1.470.101	1.964.587	Exigível a Longo Prazo		1.822.871	2.181.437
Imobilizado		1.470.101	1.964.587	Provisão para contingências	(14)	352.769	216.850
Intangível	(08)	-	-	Recursos aplicados em ativos permanentes	(13)	1.470.101	1.964.587
				Patrimônio Líquido	(16)	-	-
TOTAL DO ATIVO		<u>9.262.217</u>	<u>9.650.568</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>9.262.217</u>	<u>9.650.568</u>


 Rosane Ghedin
 Diretora Presidente


 Rodrigo Ronald H. Silva
 CT-CRC n.º 1SP-290165/O-2

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
 "Escola de Música do Estado de São Paulo (Emesp Tom Jobim),
 Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos"
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 Em reais

	N.E	2019	2018
		TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS		36.429.078	34.782.277
Receitas operacionais		35.822.197	34.058.200
Recursos do contrato de gestão	(17)	35.822.197	34.058.200
Outras receitas operacionais		606.881	724.077
Receitas financeiras		-	-
Depreciação	(07)	606.881	724.077
 DESPESAS OPERACIONAIS		 (36.429.078)	 (34.782.277)
Despesas operacionais		(36.429.078)	(34.782.277)
Despesas com pessoal		(17.889.990)	(17.206.896)
Despesas com encargos sociais		(5.567.931)	(5.497.426)
Despesas administrativas		(5.194.035)	(5.157.975)
Depreciação	(07)	(606.881)	(724.077)
Serviços prestados por terceiros		(7.025.745)	(6.093.041)
Impostos e taxas		(144.496)	(102.862)
 RESULTADO DO EXERCÍCIO		-	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Escola de Música do Estado de São Paulo (Emesp Tom Jobim),
Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO
Em reais

	N.E	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Patrimônio líquido			
No início do exercício		-	-
		-	-
Resultado do exercício		-	-
No final do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
 "Escola de Música do Estado de São Paulo (Emesp Tom Jobim),
 Theatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos"
 C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 Em reais

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
		TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS		36.429.078	34.782.277
Receitas do projeto	(17)	35.822.197	34.058.200
Receitas financeiras		-	-
Depreciação	(07)	606.881	724.077
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		12.219.780	11.251.016
Serviço de terceiros		7.025.745	6.093.041
Despesas administrativas e gerais		5.194.035	5.157.975
VALOR ADICIONADO BRUTO		24.209.298	23.531.261
RETENÇÕES		606.881	724.077
Depreciação	(07)	606.881	724.077
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		23.602.417	22.807.184
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		23.602.417	22.807.184
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		23.602.417	22.807.184
Pessoal e encargos		23.457.921	22.704.322
Impostos, taxas e contribuições		144.496	102.862
Resultado do exercício		-	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras



ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
 "Escola de Música do Estado de São Paulo (Emesp Tom Jobim),
 Teatro São Pedro, ORTHESP e Teatro Caetano de Campos"
 C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
 (em reais)

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	-	-
Depreciação e amortização	(07) 606.881	724.077
Provisão para contingências	(243.753)	99.676
Resultado ajustado	363.128	823.752
VARIAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(160.307)	(659.454)
Adiantamentos diversos	2.324	(2.452)
Outras contas a receber	19.410	(64.454)
Estoques	32.439	496
Aumento / (redução) nos passivos em		
Projeto a executar	190.283	55.322
Fornecedores	(39.655)	(14.062)
Salários, férias e encargos sociais	42.885	145.976
Outras Contas a pagar	(13.060)	21.474
Adiantamento de clientes	-	(55.000)
Fundos	169.434	472.479
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	606.881	724.077
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições do ativo imobilizado	(07) (126.511)	(132.600)
Baixas do ativo imobilizado	(07) 14.115	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(112.395)	(132.600)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos aplicados em ativos permanentes	(494.486)	(591.477)
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamento	(494.486)	(591.477)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

**“Escola de Música do Estado de São Paulo (Emesp Tom Jobim), Theatro São Pedro, ORTHESP e
Teatro Caetano de Campos”**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018

1. Contexto Operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que atua com a missão de formar pessoas utilizando a educação, a cultura e a assistência social como instrumentos de promoção, defesa e proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina participou de convocações públicas através da Resolução SC nº 44/2017 e nº 45/2017 de 21 de outubro de 2017, e posteriormente celebrou os Contratos de Gestão Nº 04/2017 e 05/2017, com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo por meio dos Processos SC/1344496/2017 e do Processo SC/1380279/2017, tendo como objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução, das atividades na área cultural do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo e da Escola de Música do Estado de São Paulo – EMESP TOM JOBIM, Theatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campo, ambos contratos para o período de 01/01/2018 à 31/12/2022.

EMESP TOM JOBIM

Criada em 1989, a Escola de Música do Estado de São Paulo – Emesp Tom Jobim, é referência no ensino de música no Brasil, e tem em seu corpo docente profissionais com reconhecimento internacional. Da música clássica à popular, antiga à contemporânea, o projeto artístico-pedagógico da escola visa uma formação rica e abrangente, oferecendo aos alunos e alunas uma experiência em que performance e aula são indissociáveis. Mais de 1.300 alunos e alunas passam pela Emesp Tom Jobim todo ano, em Cursos Regulares (Formação e Especialização) e Cursos Livres. Com foco na profissionalização de jovens músicos, a Emesp Tom Jobim oferece também bolsas de estudos e experiências de aprimoramento artístico-pedagógico para os alunos e alunas que participam dos Grupos Artísticos: Orquestra Jovem do Estado de São Paulo, Orquestra Jovem Tom Jobim, Banda Sinfônica Jovem do Estado e Coral Jovem do Estado.

THEATRO SÃO PEDRO

Fundado em 1917, o Theatro São Pedro é uma das casas de espetáculo mais ativas de São Paulo. Reinaugurado em 1998 após extensa reforma, desde então persegue a vocação de teatro de ópera da capital. Em 2010, com a criação da Orquestra do Theatro São Pedro, consolidou-se no cenário musical brasileiro como uma alternativa de qualidade – apostando na diversidade, a casa encontrou seu lugar. Ao abrir as portas para a cidade, aproximou público e artistas e criou um espaço em que arte, música e sociedade estão em constante debate. Além da temporada profissional, o Theatro São Pedro investe também na formação de jovens profissionais da ópera, e oferece bolsas de

estudos e aprimoramento artístico-pedagógico para os alunos e alunas que participam da Academia de Ópera e da Orquestra Jovem do Theatro São Pedro.

2. Base de preparação

a. *Declaração de conformidade*

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em especial, a Resolução CFC nº 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) Entidades sem finalidade de lucro e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis também foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 20 de janeiro de 2020.

b. *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado.
- Nota explicativa nº 14 - Provisão para contingências.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

i. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento, aplicações financeiras e fundos de reserva e contingência que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer

custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018.

ii. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, são registrados em conformidade com a CPC07 (R1):

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do contrato de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.
- **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens do contrato de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.
- **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante.

Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com o projeto são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesse projeto.

iii. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

iv. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

v. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

vi. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

vii. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes)

Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1).

4. Recursos vinculados a projetos

	2019	2018
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	<u>7.321.025</u>	<u>7.160.718</u>
	<u>7.321.025</u>	<u>7.160.718</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber

	2019	2018
Contas a receber – Ingressos espetáculos	<u>29.023</u>	<u>305.288</u>
	<u>29.023</u>	<u>305.288</u>

6. Adiantamentos diversos

	2019	2018
Adiantamento de férias	98.521	99.679
Outros	<u>2.843</u>	<u>4.008</u>
	<u>101.363</u>	<u>103.687</u>

7. Imobilizado

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Conforme a Cláusula Segunda, Item 13, do novo Contrato de Gestão 05/2017, é atribuição, responsabilidade e obrigação da Contratada: *“Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos Termos de Permissão de Uso, até sua restituição ao Poder Público, mantendo em perfeitas condições de uso os imóveis, bens, equipamentos e instrumentais necessários para a realização das atividades contratualizadas, cujos inventários atualizados constarão dos devidos Termos de Permissão.”*

Em face a obrigação acima a Santa Marcelina Cultura apresentou a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, em 21/03/2018, através do Ofício SMC nº 073/2018, a relação de bens e equipamentos que serão utilizados para a realização das atividades contratualizadas no período de 2018 a 2022, devidamente inventariados e emplaquetados. E aguarda providencias da Secretaria para a emissão do Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis e Intangíveis.

Descrição	Taxas	2019			2018
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos	10%	681.282	(461.195)	220.087	248.238
Móveis e utensílios	10%	630.365	(452.933)	177.432	214.272
Instrumentos musicais	10%	5.652.062	(4.632.508)	1.019.554	1.424.176
Ferramentas	10%	1.386	(1.274)	112	186
Computadores e periféricos	20%	829.231	(776.512)	52.720	76.729
Telefones	10%	9.175	(8.978)	197	987
Total		<u>7.803.501</u>	<u>(6.333.399)</u>	<u>1.470.101</u>	<u>1.964.587</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldos no início do exercício	1.964.587	2.556.064
Adições		
Equipamentos	32.524	41.100
Móveis e utensílios	14.106	9.296
Instrumentos musicais	75.001	78.090
Computadores e periféricos	4.880	4.113
Baixas líquidas	(14.115)	-
Depreciações	(606.881)	(724.076)
Saldos no fim do exercício	<u>1.470.101</u>	<u>1.964.587</u>

8. Intangível

Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme pronunciamento CPC 04, aprovado pela NBC T. 19.8, Resolução CFC nº 1.139/08 e NBC T 19.8 – IT 1 – Resolução CFC nº 1.140/08.

Descrição	Taxa	2019	2018
Software		97.177	97.177
Amortização acumulada	20%	<u>(97.177)</u>	<u>(97.177)</u>

9. Estoque

Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:

Descrição	2019	2018
Material de escritório	26.957	31.358
Suprimentos musicais	-	28.590
Demais estoques	<u>27.930</u>	<u>27.378</u>
Total	<u>54.887</u>	<u>87.326</u>

10. Projetos

		2019	2018
Projeto a executar	<u>Curto Prazo</u>	<u>2.159.076</u>	<u>1.968.793</u>
Total		<u>2.159.076</u>	<u>1.968.793</u>

Projeto a executar referem-se a recursos já recebidos pela Associação, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

	2019					
	Saldo Anterior	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo	Dotação especial	Valor residual
Contrato de Gestão - Projeto Emesp (05/2017) (a)	1.203.459	35.129.412	100.295	(35.818.508)	(126.511)	488.147
Outros Recursos (05/2017)	765.334	905.595	-	-	-	1.670.929
	<u>1.968.793</u>	<u>36.035.007</u>	<u>100.295</u>	<u>(35.818.508)</u>	<u>(126.511)</u>	<u>2.159.076</u>

Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício.

Rendimentos financeiros - Referem-se a rendimentos das aplicações financeiras dos recursos repassados pela SEC para realização das atividades do plano de trabalho, vinculados ao projeto. De acordo com a norma contábil, são reconhecido no ativo em contrapartida aos projeto a executar no passivo (vide nota explicativa 3.b - práticas contábeis).

Consumo - Referem-se aos gastos que foram empregados no projeto ao longo do exercício social. Os

consumos de projetos a incorrer dão origem as receitas e despesas da Entidade.

Dotação especial - Referem-se aos recursos que foram empregados na aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Fundos – Os fundos de reservas e de contingências foram reclassificados e demonstrados conforme Nota Explicativa nº 12.

Conforme cláusula contratual, a Associação deve apresentar trimestralmente à Unidade Gestora até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao término do 1º, 2º e 3º trimestres, relatório de atividades do período, conforme sistema informatizado ou modelo da Secretaria, para verificação pela Unidade Gestora e pela Comissão de Avaliação quanto ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no Contrato de Gestão, contendo o comparativo das metas cumpridas x metas previstas.

Deve ainda, apresentar anualmente, relatório de atividades, para verificação pelas Unidades da Pasta e pela Comissão de Avaliação, quanto ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no Contrato de Gestão, contendo comparativo das metas cumpridas x metas previstas para os quatro trimestres do exercício. Está estipulado no contrato de gestão que os repasses das parcelas, pela Secretaria, serão feitos na proporção de 90% e 10%, onde 10% corresponde a parte variável que para a Associação receber dependerá da avaliação trimestral da Unidade Gestora, podendo gerar um ajuste financeiro a menor na parcela a ser repassada no trimestre subsequente, a depender dos indicadores de avaliação do cumprimento das ações estabelecidas no Plano de Trabalho – Ações e Mensurações.

A Administração da Associação entende que em 2019 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura.

(a) Contrato de Gestão 05/2017 – Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP TOM JOBIM), Theatro São Pedro, Orquestra do Theatro São Pedro (ORTHESP) e Teatro Caetano de Campos.

I. Programa da EMESP Tom Jobim

i. Eixo 1 – Formação Cultural – Cursos Regulares e Livres

Em 2019, o Curso de Formação de músicos da EMESP Tom Jobim teve 39 habilitações oferecidas com 602 alunos matriculados. O Curso de Especialização teve 45 habilitações oferecidas com 167 alunos matriculados. Tivemos também 84 Cursos Livres oferecidos com 830 alunos matriculados.

ii. Eixo 2 – Ações complementares à Formação Cultural – Vivência Artística – Atividades

Em 2019 foi realizada mais uma edição da Revirada Musical, que teve a participação de 1.385 alunos. Realizamos também 36 Espetáculos Musicais com público de 13.372 pessoas.

iii. Eixo 2 – Ações complementares à Formação Cultural – Grupos Artísticos de alunos

Realizamos em 2019 8 concertos dos Grupos Artísticos de Alunos, com 405 alunos participantes e público de 2.252 pessoas.

iv. Eixo 3 – Ações complementares à Formação Cultural – Atividades Extraclasse

Em 2019 foram realizados:

- 20 máster classes com 168 participantes e público de 303 pessoas, com convidados como: Jiyeon Lee, Andreas Hofmeier, Philippe Koch, Fabrice Melinon, Dagmar Ondracek, Jean Philippe Vivier e Leo Halsdorf.

- 33 Workshops com 1.561 participantes, com convidados como: Julia Hülsmann Trio, Ricardo Herz, André Vasconcellos, Paulo Bosísio e Mischa Maisky.

- 2 Palestras com público de 90 pessoas;

- 2 Eventos de Intercâmbio com professores internacionais convidados com a participação de 111 alunos. Entre os convidados destacamos: Adam Nielsen e Mary Birnbaum, professores da Juilliard School de Nova Iorque.

v. Eixo 4 – Ações formativas abertas à comunidade

Realizamos o VIII Encontro Internacional de Música Antiga de 24 a 29 de junho de 2019. O Encontro teve 1 máster classe e 1 apresentação artística, que tiveram 87 alunos participantes e público de 226 pessoas.

vi. Eixo 5 – Difusão – Grupos Artísticos de Bolsistas

Em 2019 realizamos:

- 13 apresentações da Orquestra Jovem Tom Jobim, com presença de público de 12.216 pessoas.

- 18 apresentações da Orquestra Jovem do Estado de São Paulo, com presença de público de 11.943 pessoas.

- 7 apresentações da Banda Jovem do Estado de São Paulo, com presença de público de 4.110 pessoas.

- 16 apresentações do Coral Jovem do Estado de São Paulo, com presença de público de 9.194 pessoas.

- 6 apresentações da Orquestra Jovem do Theatro São Pedro, com presença de público de 2.918 pessoas.

I. Programa de Bolsas de Estudo

Em 2019 tivemos: 22 bolsistas na Orquestra Jovem Tom Jobim, 54 bolsistas na Banda Jovem do Estado de São Paulo, 103 bolsistas na Orquestra Jovem do Estado de São Paulo, 46 bolsistas no Coral Jovem do Estado de São Paulo, 35 bolsistas da Orquestra Jovem do Theatro São Pedro e 18 bolsistas da Academia do Theatro São Pedro.

O número de alunos atendidos pelo Bolsa-Auxílio na EMESP Tom Jobim durante 9 meses em 2019 foi de 78 alunos.

II. Programa dos Equipamentos Culturais

i. Temporada Artística do Theatro São Pedro

Em 2019 realizamos na Temporada Artística do Theatro São Pedro:

- 20 récitas da temporada de apresentações de ópera, com público de 9.351 pessoas;

- 6 récitas da temporada de apresentações de Pocket Óperas, com público de 2.918 pessoas;

- 13 concertos, com a ORTHESP, com público de 2.580 pessoas;

- 5 concertos com orquestras convidadas com público de 1.542 pessoas;

- 10 ensaios abertos com público de 1.601 pessoas;

- 30 concertos de Música de Câmara com público de 3.776 pessoas.

O número de profissionais contratados do corpo estável da Orquestra do Theatro São Pedro no ano de 2019 foi de 33 músicos.

ii. Teatro Caetano de Campos

Em 2019 foram disponibilizadas 666 horas para os ensaios da Orquestra Jazz Sinfônica do Estado de São Paulo no Teatro Caetano de Campos. Estamos disponibilizando o Teatro Caetano de Campos em todos os momentos possíveis a fim de colaborar com o trabalho da Jazz Sinfônica e poder atender as necessidades do parceiro.

iii. Concertos Didáticos

Realizamos em 2019 4 concertos didáticos no Theatro São Pedro com presença de público de 824 pessoas.

III. Programa de Desenvolvimento Institucional

A Pesquisa de Qualidade dos Serviços Prestados na EMESP Tom Jobim e Theatro São Pedro realizada pela Santa Marcelina Cultura e auditada pela empresa Cokinós Auditores, ocorreu no período de 08/06/2019 a 15/12/2019 e apresentou os seguintes resultados:

- Índice de satisfação dos alunos e pais com o ensino oferecido pela EMESP: 96,26%;
- Índice de Satisfação do público dos concertos dos Grupos Artísticos de Bolsistas: 99%;
- Índice de Satisfação do público dos eventos do Theatro São Pedro: 95%.

O valor total captado em 2019 foi R\$ 2.587.223,25, o que representa 8,03% do percentual do repasse anual.

11. Salários e encargos sociais a pagar

	2019	2018
INSS a recolher	46.208	45.327
Outros encargos a recolher	4.474	-
	<u>50.682</u>	<u>45.327</u>

12. Recursos de reserva e contingência

(a) Recursos de reserva e provisões

Tem a finalidade de constituir uma reserva de recursos sob a tutela do Conselho de Administração, que poderá ser utilizada na hipótese de atraso superior a 5 (cinco) dias no repasse de recursos por parte da Secretaria. A Utilização destes recursos fica condicionada à prévia aprovação pelo Conselho de Administração da SMC, sendo que os respectivos valores deverão ser restituídos à reserva em até 3 (três) dias úteis após a efetivação do repasse pela Secretaria.

(b) Recursos de contingência

Tem a finalidade de suportar eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, o valor é composto através de percentual estipulado sobre o valor global repassado pela Secretaria,

observados os preceitos do artigo 5º, inciso VI, alínea “g” do Decreto Estadual 43.493/1998, com as alterações do Decreto Estadual 62.528/2017.

Na composição e utilização desses recursos, deverá ser observado que:

- 1) a Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a conta de recursos de contingência.
- 2) os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere somente poderão ser utilizados, em conformidade com o estabelecido no CONTRATO DE GESTÃO, e com deliberação de 3/4 (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA e do Secretário da Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência, cabendo-lhes zelar por seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres.
- 3) Caso as contingências previstas refiram-se a ordens ou condenações judiciais em processos cíveis, trabalhistas e tributários ou sejam decorrentes de acordos judiciais em ações promovidas em face da CONTRATADA, na esfera federal, estadual ou municipal, de competência da justiça comum ou especializada, que tenham de ser cumpridos em prazo inferior a 15 (quinze) dias, fica desde já autorizada pelo Secretário da Cultura a utilização de recursos da conta bancária destinada a contingências, devendo a mesma ser aprovada pelo Conselho de Administração da CONTRATADA, sem prejuízo de outras eventuais utilizações na forma do subitem anterior.
- 4) No caso excepcional do subitem anterior, ficará a CONTRATADA obrigada a encaminhar à CONTRATANTE a documentação pertinente, com os devidos esclarecimentos referentes à movimentação efetuada, no relatório trimestral seguinte.
- 5) Ao final do CONTRATO DE GESTÃO, eventual saldo financeiro remanescente na conta de recursos de contingência será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção em que ela foi constituída.
- 6) Os saldos da conta, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.
- 7) As receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do CONTRATO DE GESTÃO e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

	2019	2018
Recursos de reserva (a)	2.098.902	2.013.118
Recursos de contingência (b)	<u>2.045.596</u>	<u>1.961.946</u>
	<u>4.144.498</u>	<u>3.975.064</u>

13. Recursos aplicados em ativos permanentes

	2019	2018
	<u>1.470.101</u>	<u>1.964.587</u>

Conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 8 (ativo imobilizado).

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.964.587
Adição de imobilizado (nota explicativa 8)	126.511
Custo residual baixado de imobilizado	(14.115)
Depreciação do imobilizado (nota explicativa 8)	(606.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.470.101

14. Provisão para contingências

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2019	2018
Contingências no passivo circulante	<u>244.105</u>	<u>623.777</u>

	<u>2018</u>		<u>2019</u>	
	Saldo inicial	Adição	Utilização	Saldo final
Trabalhistas	<u>623.777</u>	=	<u>(379.672)</u>	<u>244.105</u>

	2019	2018
Contingências no longo prazo	<u>352.769</u>	<u>216.850</u>

	<u>2018</u>	<u>2019</u>		
	Saldo inicial	Adição	Utilização	Saldo final
Trabalhistas	<u>216.850</u>	<u>135.919</u>	(-)	<u>352.769</u>

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 352.769 em 2019 (R\$ 216.850 em 2018) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

15. Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e a diretoria da Associação não é remunerados.

16. Patrimônio líquido

Em função de a Associação ter suas operações suportadas exclusivamente por contratos de Gestão firmados com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, os resultados apresentados desde a sua constituição tem sido nulos, motivo pelo qual a Associação não apresenta patrimônio social constituído.

17. Recursos de contrato de gestão

	2019	2018
Projeto EMESP (05/2017)	35.822.197	34.058.200
	<u>35.822.197</u>	<u>34.058.200</u>

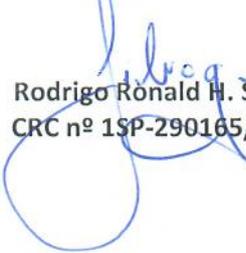
18. Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *



Rosane Ghedin
Diretora Presidente



Rodrigo Ronald H. Silva
CRC nº 1SP-290165/O-2